

O letramento racial como instrumento de transformação social e cultural: um enfrentamento histórico e educacional do racismo estrutural no Brasil

Marcio Henrique Francisco de Souza¹

Eixo temático: Cultura e Sociedade

Resumo

O presente artigo aborda o letramento racial como um instrumento fundamental para o enfrentamento do racismo estrutural no Brasil, destacando sua importância histórica, social e educacional na promoção da equidade racial. A partir de uma análise crítica das dinâmicas raciais herdadas do sistema escravocrata e suas manifestações contemporâneas, o estudo enfatiza o papel do letramento racial na desconstrução de estereótipos, valorização das identidades negras e construção de práticas antirracistas. O artigo discute as perspectivas históricas, sociais e antropológicas que fundamentam essa abordagem, além de refletir sobre sua aplicação prática nos espaços educacionais, comunitários e institucionais. Por fim, ressalta os desafios e as potencialidades do letramento racial para a transformação cultural e social, apontando-o como uma estratégia essencial para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Palavras-chave: Letramento racial, Racismo estrutural, Educação antirracista, Identidade negra, Transformação social, Equidade racial.

Summary

This article addresses racial literacy as a fundamental instrument for confronting structural racism in Brazil, highlighting its historical, social and educational importance in the promotion of racial equity. Based on a critical analysis of the racial dynamics inherited from the slave system and its contemporary manifestations, the study emphasizes the role of racial literacy in the deconstruction of stereotypes, valorization of black identities and construction of anti-racist practices. The article discusses the historical, social, and anthropological perspectives that underlie this approach, as well as reflects on its practical application in educational, community, and institutional spaces. Finally, it highlights the challenges and potentialities of racial literacy for cultural and social transformation, pointing it out as an essential strategy for the construction of a more just and plural society.

Keywords: Racial literacy, Structural racism, Anti-Racist education, Black identity, Social transformation, Racial equity.

Resumen

Este artículo aborda la alfabetización racial como instrumento fundamental para enfrentar el racismo estructural en Brasil, destacando su importancia histórica, social y educativa en la promoción de la equidad racial. A partir de un análisis crítico de las dinámicas raciales heredadas del sistema esclavista y sus manifestaciones contemporáneas, el estudio hace hincapié en el papel de la alfabetización racial en la desconstrucción de los estereotipos, la valorización de las identidades negras y la construcción de prácticas antirracistas. El artículo discute las perspectivas históricas, sociales y antropológicas que subyacen a este enfoque, así como reflexiona

¹ Fundação Educacional de Além Paraíba – marciodesouza89@gmail.com

sobre su aplicación práctica en los espacios educativos, comunitarios e institucionales. Finalmente, se destacan los desafíos y potencialidades de la alfabetización racial para la transformación cultural y social, señalándola como una estrategia esencial para la construcción de una sociedad más justa y plural.

Palabras clave: alfabetización racial, racismo estructural, educación antirracista, identidad negra, transformación social, equidad racial.

Introdução

O racismo, enquanto fenômeno histórico, social e estrutural, permanece como uma das mais profundas e persistentes expressões de desigualdade na sociedade brasileira. Legado direto do período colonial e do sistema escravocrata, o racismo se perpetua nas instituições, nas relações sociais, nas representações midiáticas e nas estruturas de poder, moldando o cotidiano da população negra e influenciando de maneira decisiva suas oportunidades, identidades e experiências de pertencimento. Apesar de avanços legais e políticas públicas pontuais, o enfrentamento efetivo do racismo ainda demanda uma transformação cultural profunda, ancorada na educação crítica e na reconstrução da memória social.

É nesse cenário que o letramento racial se apresenta como uma proposta pedagógica e política de suma relevância. Mais do que uma metodologia de ensino, o letramento racial constitui-se como um processo formativo que visa à conscientização acerca do racismo, à identificação de privilégios e desigualdades, à crítica das representações sociais e à promoção de ações antirracistas. Sua força reside na capacidade de articular saberes acadêmicos, históricos e populares para fomentar uma educação que reconheça e valorize as experiências da população negra, promovendo justiça social, empoderamento e transformação cultural.

Este artigo tem como objetivo discutir o letramento racial em suas múltiplas dimensões, abordando, inicialmente, suas raízes históricas e os contextos sociais e antropológicos que sustentam o racismo no Brasil. Em um segundo momento, o texto adentra a aplicação prática do letramento racial nos mais diversos segmentos sociais - como a escola, o trabalho, a comunidade e a família -, destacando seu papel na construção das identidades negras e no combate ao apagamento histórico e simbólico promovido pela sociedade brasileira. Por fim, discute-se em profundidade os princípios, elementos e contribuições do letramento racial enquanto ferramenta de resistência, reeducação e valorização patrimonial.

Ao trazer à tona a discussão sobre o letramento racial, este artigo contribui para ampliar o debate sobre a urgência de uma educação antirracista e para fortalecer práticas que promovam a equidade e a reparação histórica. Trata-se, portanto, de uma reflexão fundamental para a

construção de um Brasil mais justo, plural e comprometido com a dignidade de todos os seus cidadãos.

Perspectivas históricas, sociais e antropológicas do racismo e do letramento racial

A compreensão do letramento racial como instrumento de transformação social exige um mergulho profundo na história das relações raciais no Brasil. O racismo, mais do que um comportamento individual ou um preconceito pontual, deve ser entendido como um fenômeno estrutural, enraizado em um passado colonial que instituiu um sistema de dominação racial com base na escravidão negra. Como apontam Nunes, Lehfeld e Netto (2021, p. 80), a permanência de estruturas coloniais nas instituições brasileiras consolida o racismo como um mecanismo de exclusão social e econômica. Durante mais de trezentos e cinquenta anos, milhões de africanos foram forçados ao trabalho escravo em território brasileiro, compondo a base da economia colonial e contribuindo decisivamente para a formação cultural do país. No entanto, esse protagonismo foi negado historicamente. Segundo De Souza Soares (2024), a invisibilização das narrativas negras contribuiu para a consolidação de uma história única e eurocentrada no currículo escolar. A abolição formal da escravidão em 1888 não significou a inclusão social dos negros libertos, tampouco uma reparação pelas violências sofridas. Raposo, Almeida e Santos (2021) destacam que a negação do racismo estrutural está diretamente relacionada à resistência do Estado em reconhecer e reparar suas dívidas históricas com a população negra.

A abolição tardia, sem políticas públicas de integração ou reparação, consolidou um projeto nacional fundado no apagamento da presença negra e na valorização da branquitude. De acordo com Santana (2024), a política educacional pós-abolicionista reafirmou o lugar subalterno do negro ao excluir sua história das salas de aula. O ideário do branqueamento, sustentado por teorias pseudocientíficas do século XIX, propagou a ideia de que o progresso do Brasil estaria atrelado à substituição gradativa da população negra por imigrantes europeus. Como expõem Dos Santos Reis e Da Glória Calado (2020), o mito da democracia racial serviu como estratégia de apagamento da violência simbólica e física contra os negros. Tal projeto se manifestou tanto na política migratória do Estado quanto nas narrativas escolares, nos registros historiográficos e nas formas de expressão artística e cultural. Conforme Alves (2022, p. 214), a divisão racial do trabalho sustentou uma lógica de marginalização e inferiorização dos corpos negros. O resultado foi a marginalização dos sujeitos negros em todas as esferas da vida social: no mercado de trabalho, no acesso à educação, nos espaços de decisão política, na mídia, na

ciência e nos espaços de memória. Para Gonçalves *et al.* (2025), a literatura infantojuvenil tem sido um dos campos onde essa marginalização é perpetuada ou combatida, a depender do recorte escolhido.

Do ponto de vista antropológico, o racismo institucionalizou-se como uma forma de organização das relações sociais, atribuindo sentidos simbólicos à diferença racial e estabelecendo hierarquias que afetam diretamente a constituição das identidades. Como afirmam Braúna, Da Silva Souza e Sobrinha (2022), o letramento racial crítico atua como estratégia de enfrentamento ao racismo naturalizado nos ambientes escolares. A negação da humanidade dos africanos e de seus descendentes não se deu apenas no campo econômico, mas atravessou a linguagem, os valores, os códigos de conduta e a própria construção do sujeito social brasileiro. Segundo Costa e Mill (2024), as estruturas de poder colonial ainda operam nos discursos que desqualificam as identidades negras como inferiores. O corpo negro foi e continua sendo lido como “outro”, como uma presença que ameaça ou incomoda, desumanizada pela repetição de estereótipos que associam negritude à criminalidade, ao atraso ou à servilidade. Como observa Sousa (2024), a música periférica ressignifica esses estereótipos ao dar voz a sujeitos historicamente silenciados.

A desigualdade racial no Brasil revela-se como um fenômeno persistente e profundamente enraizado nas estruturas sociais e econômicas do país. Essa disparidade continua a impactar majoritariamente a população negra (pretos e pardos), especialmente devido à fragilidade das políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse problema.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2023 do IBGE, em 2022, pessoas negras representavam 55,7% da população brasileira, mas correspondiam a 70,3% da população abaixo da linha da pobreza e 73% entre os que vivem em extrema pobreza. Já entre os brancos, essas proporções eram de 28,7% e 26%, respectivamente. Esses dados evidenciam um desequilíbrio estrutural que penaliza historicamente a população negra.

No campo educacional, as diferenças são igualmente alarmantes. A taxa de analfabetismo entre pretos e pardos com 15 anos ou mais, embora tenha atingido seu menor patamar histórico (7,1% em 2023), ainda é mais que o dobro da registrada entre brancos (3,2%). Entre os jovens de 14 a 29 anos que não concluíram o ensino médio, 71,6% eram negros, enquanto 27,4% eram brancos - um quadro praticamente inalterado em relação a 2022.

Estudos também demonstram que a evasão escolar afeta mais fortemente os jovens negros. Em 2019, a probabilidade de um jovem preto ou pardo de 20 a 24 anos estar fora da escola sem ter terminado o ensino médio era 55% maior do que a de um jovem branco. O retrato

se agrava no ensino médio, fase na qual as desigualdades educacionais se tornam mais pronunciadas.

A desigualdade se reflete também na aprendizagem. Um estudo com base nos dados do Saeb 2019 mostrou que, mesmo entre estudantes de nível socioeconômico elevado, os alunos brancos superavam os pretos em desempenho escolar. No 9º ano, por exemplo, 34,4% dos brancos de NSE alto tiveram rendimento adequado em Matemática, contra apenas 17,3% dos pretos. Entre os estudantes de NSE baixo, os percentuais foram de 15,8% para brancos e 8% para pretos.

Esses números deixam claro que a exclusão educacional da população negra vai além das desigualdades de renda, apontando para uma exclusão sistemática sustentada pelo racismo estrutural. Enfrentar essa realidade exige ações concretas e contínuas no campo das políticas públicas, especialmente na educação, com a implementação de práticas verdadeiramente antirracistas.

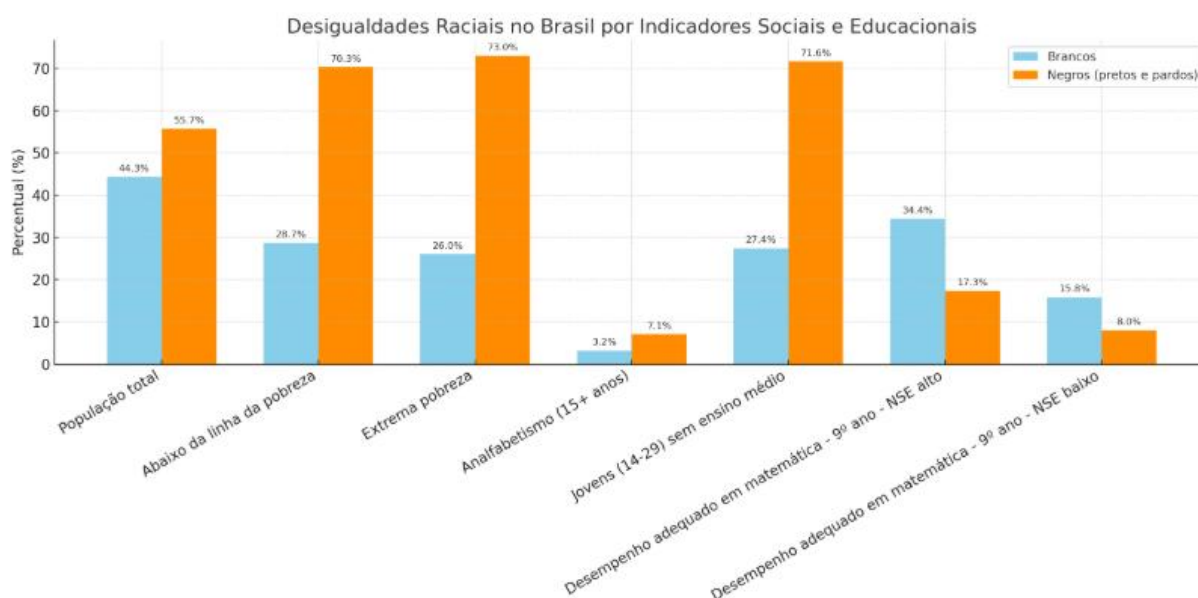


Gráfico 1: INSTITUTO UNIBANCO. Observatório de Educação, 2024.

O gráfico apresentado sintetiza de forma clara e impactante as profundas desigualdades raciais que persistem no Brasil, especialmente entre a população negra (pretos e pardos) e a branca. Observa-se que, embora os negros representem a maioria da população brasileira, estão significativamente mais expostos à pobreza e à extrema pobreza, com

percentuais desproporcionais em relação aos brancos. Na educação, os indicadores também revelam disparidades alarmantes: as taxas de analfabetismo são mais que o dobro entre negros, e a evasão escolar atinge de maneira mais intensa os jovens negros, sobretudo no ensino médio. Além disso, mesmo entre estudantes de nível socioeconômico elevado, a diferença nos níveis de aprendizagem entre brancos e pretos permanece expressiva, evidenciando que as desigualdades não se limitam à renda, mas refletem o racismo estrutural presente nas instituições. Esse panorama reforça a urgência de políticas públicas robustas e continuadas, com foco na equidade racial, especialmente no campo educacional, como ferramenta essencial para transformação social.

Nesse contexto, o letramento racial emerge como uma prática de resistência, uma ferramenta epistemológica e pedagógica que visa romper com o ciclo de reprodução do racismo. Dos Santos *et al.* (2025, p. 3898) afirmam que a formação docente pautada no letramento racial é fundamental para romper com práticas pedagógicas excludentes. Ele propõe um processo de conscientização crítica que reconhece o racismo como fenômeno histórico e estrutural e não como desvio individual. Para Dos Santos e Pinheiro (2023), o educador antirracista deve reconhecer sua posição e responsabilidade na desconstrução de privilégios raciais. Isso implica, necessariamente, uma releitura da história do Brasil sob uma perspectiva anticolonial e antirracista, trazendo à tona as contribuições das populações negras para a construção do país, bem como as violências que marcaram sua trajetória. Gonçalves *et al.* (2025) reforçam que a presença de autores negros na literatura infantil é um passo essencial na desconstrução de estigmas e valorização de referências positivas.

A reportagem da CNN Brasil aborda os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, que revela uma percepção alarmante sobre o racismo estrutural no Brasil. Segundo o levantamento, 59% dos brasileiros acreditam que a maioria da população é racista e, entre os entrevistados pretos e pardos, 73% afirmaram já terem se sentido discriminados por causa da cor da pele (Alves, 2024). Esses dados reforçam a persistência de práticas discriminatórias e evidenciam o racismo como um problema social enraizado no cotidiano brasileiro, com impactos diretos na autoestima, na inclusão e nas oportunidades de vida da população negra. A reportagem destaca ainda que o racismo não se manifesta apenas em ações explícitas, mas também em atitudes cotidianas e institucionais, exigindo ações concretas de enfrentamento em todas as esferas da sociedade.

O letramento racial opera, portanto, como um movimento de reconstrução simbólica: ele convida à leitura crítica das narrativas oficiais, à valorização das epistemologias negras e ao reconhecimento dos saberes ancestrais como formas legítimas de produção de conhecimento.

Para Dos Santos *et al.* (2025), a descolonização do currículo é um processo que exige escuta, diálogo e ação política contínua. Essa prática se ancora em fundamentos antropológicos, ao propor uma ressignificação das identidades negras que foram historicamente estigmatizadas, e sociais, ao defender políticas públicas que promovam a equidade racial em todos os setores da sociedade. Conforme o Governo do Estado de Minas Gerais (2024, art. 3º), a Política Estadual de Valorização do Patrimônio Cultural Afro-Mineiro estabelece diretrizes para o reconhecimento da memória negra e o enfrentamento ao racismo institucional. Nessa direção, o trabalho de De Souza Soares (2024) mostra que o ensino da cultura afro-brasileira contribui para a afirmação da identidade negra e o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Do ponto de vista cultural, o letramento racial combate a ideia de neutralidade do conhecimento, problematizando a forma como a produção acadêmica, os conteúdos escolares, as artes e os meios de comunicação constroem e perpetuam imagens desumanizadas dos corpos negros. Segundo Cavalleiro (2000, p. 25), a escola, ao ignorar a diversidade étnico-racial, contribui para a manutenção de estereótipos e preconceitos. Além disso, conforme apontado por Ribeiro (2019, p. 18), o racismo estrutural está presente nas instituições e práticas sociais, naturalizando a exclusão dos negros. Ferreira (2019, p. 42) destaca que o letramento racial crítico permite a identificação e desconstrução de discursos discriminatórios presentes no cotidiano escolar. Nesse sentido, Oliveira (2023, p. 30) afirma que a valorização das expressões culturais afro-brasileiras é essencial para a preservação da memória coletiva negra.

Ademais, ao incorporar a dimensão histórica das desigualdades, o letramento racial confronta diretamente os privilégios raciais e problematiza o mito da democracia racial. Conforme Moreira (2021, p. 67), é necessário reconhecer que o racismo não se combate apenas com boas intenções, mas com ações concretas que visem à equidade racial. Silva (2024, p. 150) ressalta que as políticas de inclusão e o reconhecimento de saberes subalternizados são fundamentais para a desconstrução do sistema racista. De acordo com Gomes (2005, p. 12), a formação de identidades racializadas fortalece o empoderamento coletivo e a resistência ao racismo. Carneiro (2011, p. 45) enfatiza que o enfrentamento do racismo requer uma abordagem interseccional que considere as múltiplas formas de opressão.

Em suma, a abordagem histórica, social e antropológica do letramento racial revela que ele não é apenas uma ferramenta didática, mas uma intervenção política, necessária à reconfiguração das relações raciais no Brasil. Ferreira (2019, p. 50) argumenta que o letramento racial crítico promove a consciência histórica e a justiça social. A articulação entre a denúncia do passado e a construção de futuros possíveis é central para a transformação das relações raciais. Ribeiro e Zaluski (2024, p. 5) destacam que a educação para as relações étnico-raciais

deve ser pautada na valorização da diversidade e na promoção da equidade. Silva *et al.* (2024, p. 130) afirmam que o letramento racial é uma estratégia pedagógica que visa à superação das desigualdades raciais.

Ao aprofundar a reflexão sobre as perspectivas históricas, sociais e antropológicas do letramento racial, é necessário considerar como as estruturas de opressão racial estão enraizadas na própria fundação das instituições brasileiras, e como essas instituições ainda hoje reproduzem desigualdades por meio de práticas normalizadas e naturalizadas. Moreira (2021, p. 70) observa que o racismo institucional é perpetuado por meio de políticas e práticas que marginalizam os negros. De acordo com Gomes (2005, p. 15), a escola deve ser um espaço de transformação social, promovendo a igualdade racial. A formação de sujeitos críticos é essencial para o enfrentamento do racismo. Silva (2024, p. 155) ressalta que o letramento racial permite a compreensão e a contestação dos mecanismos de exclusão racial.

O campo da Antropologia oferece contribuições fundamentais para o entendimento das identidades racializadas como construções sociais e culturais, historicamente situadas. Segundo Cavalleiro (2000, p. 30), a ideia de raça, embora desprovida de fundamento biológico, possui um enorme peso simbólico e social, em que questiona as hierarquias impostas por discursos colonialistas. A valorização dos saberes produzidos pelas populações negras e indígenas é fundamental para a desconstrução de preconceitos. Silva (2024, p. 160) destaca que a antropologia contribui com o letramento racial ao fornecer instrumentos analíticos para a desconstrução de estereótipos.

Nesse contexto, propõe um deslocamento do olhar: trata-se de sair da posição hegemônica para assumir uma escuta ativa e respeitosa das vozes historicamente silenciadas. Ferreira (2019, p. 65) enfatiza que a inclusão de narrativas negras nos currículos escolares é essencial para a promoção da equidade. Segundo Gomes (2005, p. 25), a valorização da experiência vivida como fonte legítima de conhecimento fortalece a identidade dos estudantes negros. Silva (2024, p. 165) observa que a pedagogia do letramento racial funda-se na pluralidade epistêmica e na promoção da equidade. Carneiro (2011, p. 50) destaca que a escuta ativa das vozes negras é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa.

Por sua vez, as dimensões sociais do racismo estruturam as desigualdades em diversas esferas: na renda, na educação, na saúde, no acesso à terra e à moradia, na representação política e nas taxas de encarceramento. De acordo com Silva (2024, p. 170), a intersecção entre racismo e pobreza revela a persistência de um sistema de exclusão que penaliza, sobretudo, jovens negros das periferias urbanas. O letramento racial busca romper esses ciclos ao fomentar uma consciência coletiva sobre os direitos civis e humanos. Segundo Gomes (2005, p. 30), o

fortalecimento do protagonismo negro é essencial para a promoção de uma educação transformadora. Nesse sentido, a educação antirracista atua como ferramenta de emancipação.

O racismo no Brasil é um problema cultural, estrutural e secular, fortemente marcado por mais de três séculos de escravidão e pelas teorias racialistas que ajudaram a formar a identidade nacional. Apesar da abolição da escravidão em 1888, a ausência do Estado em integrar a população negra, por meio de políticas materiais e sociais, perpetuou a mentalidade e as práticas escravocratas na sociedade.

Historicamente, cerca de 4,8 milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil, sofrendo condições desumanas durante o tráfico negreiro. Após a abolição, os ex-escravizados foram excluídos do acesso a trabalho digno, moradia, educação e participação política, enquanto os latifundiários passaram a empregar imigrantes europeus, fortalecendo a exclusão racial.

O mito da democracia racial, que sugere uma convivência harmoniosa entre raças no Brasil, esconde a realidade do racismo estrutural. Essa falsa ideia reforça a noção equivocada de que negros e brancos teriam igualdade de oportunidades, desconsiderando as barreiras e a exclusão sofridas pela população negra.

Hoje, o racismo estrutural se manifesta em várias áreas, como mercado de trabalho, educação, moradia e política. Segundo dados do IBGE de 2018, a população preta e parda representa 56,1% dos brasileiros, mas essa maioria está sub-representada em cargos gerenciais (29,9%) e na política (apenas 24,4% dos deputados federais são negros). Além disso, a população negra enfrenta maiores índices de subocupação e desemprego, evidenciando a desigualdade racial persistente (Ipea, 2011).

O racismo estrutural é resultado direto da escravidão e da transição incompleta para a liberdade, que não proporcionou condições para a autonomia dos ex-escravizados. Assim, o racismo no Brasil permanece como uma barreira para a igualdade real, ainda que a legislação formal reconheça direitos iguais.

Do ponto de vista histórico, é imprescindível resgatar a trajetória de resistência e de luta do povo negro no Brasil: desde os quilombos, passando pelos movimentos abolicionistas negros - frequentemente apagados da memória nacional -, até os movimentos contemporâneos que reivindicam políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais e os direitos territoriais das comunidades quilombolas. Silva (2024, p. 175) observa que esses movimentos são expressão da força e da vitalidade da cultura negra. Ferreira (2019, p. 75) afirma que o letramento racial promove o reconhecimento das injustiças do passado. A construção de novos horizontes para o

futuro passa pela valorização da história e da cultura afro-brasileira, onde a resistência negra é um elemento central na afirmação identitária.

Em conclusão, o letramento racial, ao articular dimensões históricas, sociais e antropológicas, revela-se um potente instrumento de transformação cultural. Ferreira (2019, p. 80) argumenta que ele atua na formação de sujeitos críticos e conscientes. Gomes (2005, p. 40) afirma que o letramento racial promove a valorização das identidades negras. Mais do que uma metodologia educacional, o letramento racial é um projeto político e ético. Reconhecer a centralidade do racismo na conformação da sociedade brasileira é fundamental para a reparação histórica.

O letramento racial na prática: educação, identidades e patrimônio

Ao ser incorporado de maneira concreta nos diferentes espaços sociais, revela-se como um instrumento essencial na luta contra o racismo estrutural e na promoção da equidade racial no Brasil. Compreendido como um processo contínuo de aquisição de consciência crítica sobre as relações raciais, o letramento racial vai além da mera compreensão teórica: ele demanda ações pedagógicas, políticas e culturais que provoquem mudanças tangíveis na forma como as identidades são reconhecidas e valorizadas, sobretudo no ambiente educacional e nos espaços de produção e reprodução cultural. Segundo Ribeiro (2019, p. 25), o letramento racial é uma ferramenta fundamental para desnaturalizar o racismo e promover a equidade. Carneiro (2011, p. 40) complementa que a consciência crítica sobre as relações raciais é essencial para transformar as estruturas sociais. Akotirene (2018, p. 58) destaca que ações pedagógicas e culturais são necessárias para provocar mudanças tangíveis nas identidades. Gomes (2005, p. 12) afirma que o ambiente educacional deve ser um espaço de valorização das identidades raciais.

Na educação formal, a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, configura-se como um dos marcos mais significativos da institucionalização do letramento racial. Essas diretrizes legais oferecem a base normativa para uma revisão profunda dos currículos escolares, que por séculos perpetuaram uma história eurocêntrica, excludente e desvalorizadora das contribuições negras e indígenas. De acordo com o Art. 26A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/08, o currículo oficial da rede de ensino incluirá a

obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2008). Magalhães (2012, p. 77) observa que a revisão dos currículos escolares é fundamental para combater a história eurocêntrica. Kleiman (1995, p. 33) enfatiza que a formação continuada de educadores é essencial para a efetividade do letramento racial. Teodoro (1984, p. 45) argumenta que a produção de materiais didáticos adequados é crucial para valorizar as contribuições negras e indígenas.

Nesse contexto, o ensino antirracista torna-se uma ferramenta de reconstrução identitária para estudantes negros, historicamente marginalizados no espaço escolar. A valorização da ancestralidade africana, das lideranças negras e das diversas expressões culturais afro-brasileiras é fundamental para o fortalecimento da autoestima e do pertencimento de crianças e jovens. Nascimento (2006, p. 60) afirma que a valorização da ancestralidade africana fortalece a autoestima dos estudantes negros. O ensino antirracista promove um ambiente educacional mais plural e inclusivo e a representatividade negra nas lideranças escolares é fundamental para a reconstrução identitária.

O letramento racial, entretanto, não se restringe ao espaço escolar. Ele se estende à vida em comunidade, ao ambiente familiar, aos locais de trabalho e aos espaços de memória e patrimônio. A educação patrimonial, por exemplo, constitui-se como aliada estratégica no reconhecimento e valorização dos bens culturais de matriz africana e afro-brasileira. A patrimonialização de terreiros de candomblé, quilombos, festas de origem africana, saberes tradicionais e manifestações artísticas negras, quando acompanhada por práticas educativas, fortalece o sentimento de pertencimento e promove o direito à memória e à identidade cultural. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o reconhecimento das referências da cultura negra ou de matriz africana como patrimônio brasileiro tem sido uma demanda crescente dos afro-brasileiros (Iphan, 2020). Nesse sentido, a valorização das danças de matrizes africanas nas escolas, como áreas de conhecimento relevante, possibilita aos educandos o conhecimento de si e de suas raízes étnicas, formando seres humanos de maneira integral, com novos valores sociais.

Museus comunitários, centros de cultura negra, bibliotecas temáticas e arquivos históricos descentralizados também assumem um papel pedagógico fundamental. Esses espaços, quando orientados por práticas de letramento racial, não apenas conservam a memória, mas a ativam como ferramenta de resistência e conscientização. Eles propiciam o contato direto com narrativas historicamente silenciadas, atuando como dispositivos de enfrentamento do racismo epistêmico e da negação da história negra no Brasil. Os museus devem ser espaços de diálogo multidisciplinar em busca de uma sociedade menos desigual, no aspecto racial, ao

constatarmos a imperceptível presença negra enquanto protagonistas de sua história (Vieira do Nascimento, 2021, p. 3). Nesse contexto, a simulação de exposições museológicas na escola pode contribuir didaticamente para o ensino da história e cultura afro, na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais (Castro; Tavares, 2021, p. 5).

A inserção do letramento racial no ambiente profissional igualmente apresenta impactos significativos. A adoção de políticas de diversidade, a criação de comitês antirracistas, a formação em educação para relações étnico-raciais e a valorização da representatividade negra em cargos de liderança são medidas que desafiam a hegemonia branca nos espaços de poder e promovem a equidade nas relações laborais.

Nesse aspecto, o letramento racial é um instrumento de transformação institucional, com potencial para modificar não apenas condutas individuais, mas estruturas inteiras de exclusão e desigualdade. Segundo a Cartilha de Letramento em Diversidade, Equidade e Inclusão (2023), ainda há certa confusão no entendimento dos temas diversidade, inclusão e equidade. Por isso, trazemos de forma clara e didática cada um deles, a fim de que os colaboradores estejam aptos, conscientes e sejam promotores de uma sociedade mais justa, segura, respeitável e plural (Hospital Alemão Oswaldo Cruz, 2023, p. 4). Além disso, o letramento racial ajuda as pessoas a reconhecerem o impacto do racismo nas vidas dos outros e a se engajarem em ações que promovam a justiça social (Aprende Brasil, 2024, p. 2).

No âmbito familiar e comunitário, o letramento racial atua no campo da micropolítica. O diálogo sobre raça, privilégios e opressões nas relações cotidianas rompe com o ciclo de reprodução silenciosa do racismo. Ao tornar visíveis as desigualdades e naturalizações históricas, ele promove a escuta, o afeto e a solidariedade como bases para a construção de vínculos mais justos. A prática constante de nomear o racismo e enfrentá-lo em situações cotidianas é o que dá sentido prático ao letramento racial enquanto processo de humanização. Conforme Almeida (2022), é fundamental que as escolas se comprometam com a implementação da Lei nº 10.639/03 e a 11.645/08, abordando a história e as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas de forma orgânica e sistemática (Almeida, 2022, p. 3). Essa abordagem fortalece a construção de identidades negras fortalecidas e a afirmação de epistemologias afro-brasileiras.

Não obstante, o letramento racial se consolida como uma prática política que desafia o mito da democracia racial e denuncia os mecanismos de silenciamento e exclusão que permeiam a sociedade brasileira. Ele promove o reconhecimento da diversidade como um valor fundante da cidadania e da justiça social. A construção de identidades negras fortalecidas, a afirmação de epistemologias afro-brasileiras e o reconhecimento do patrimônio cultural negro

são pilares de um projeto de sociedade que não apenas tolera, mas celebra a pluralidade. De acordo com o Observatório Negro dos Museus e da Museologia (2023, p. 2), o observatório busca realizar ações de mobilização da comunidade negra do campo dos museus e da museologia, a partir da organização de eventos nacionais e internacionais, da elaboração de pesquisas e análise de dados e da publicação de livros e revistas científicas. Essas ações são fundamentais para o fortalecimento das identidades negras e a promoção da justiça social.

Em síntese, o letramento racial na prática transforma a educação, ressignifica identidades e fortalece o patrimônio cultural como instrumento de emancipação. Seu potencial reside justamente na sua transversalidade: trata-se de uma prática que atravessa fronteiras disciplinares, institucionais e afetivas, comprometida com a formação de uma sociedade mais equânime, justa e democrática. Como destaca o Ministério da Educação (2025, p. 3), ao ampliar as referências presentes nos materiais utilizados em sala de aula, o MEC pretende fortalecer o reconhecimento e a valorização da trajetória de todos os estudantes e professores, para garantir que se vejam nas narrativas e nos saberes compartilhados, para além de uma única matriz cultural.

Além de sua importância para a transformação de práticas sociais e educativas, o letramento racial também deve ser compreendido como um imperativo ético diante da longa trajetória de negação dos direitos da população negra no Brasil. Segundo Moreira (2021, p. 45-46), o letramento racial não se restringe a uma dimensão pedagógica, mas configura-se como uma urgência ética para enfrentar o racismo estrutural que atravessa todas as esferas da vida social, política e cultural, perpetuando a exclusão e a violência contra populações negras. O combate ao racismo, nesse sentido, não se limita à retórica das boas intenções ou a iniciativas pontuais. Conforme Ribeiro (2019, p. 22-23) destaca que o antirracismo exige mais do que o reconhecimento formal da igualdade; demanda uma reestruturação profunda das relações sociais, políticas públicas efetivas e reparações históricas que sejam verdadeiramente capazes de transformar o cenário da desigualdade racial no país.

Exige ações sistemáticas, políticas públicas efetivas e um engajamento coletivo que reconheça as especificidades das desigualdades raciais e promova reparações históricas. Carneiro (2011, p. 58) alerta que enquanto o racismo estrutural for invisibilizado, persistirão as políticas públicas que apenas tentam amenizar, mas não desmontam, as engrenagens que mantêm as populações negras em situação de vulnerabilidade social.

O papel do Estado é, portanto, central. Cabe às instituições públicas a garantia de que o letramento racial seja uma diretriz transversal nas políticas educacionais, culturais, de saúde, segurança, trabalho e habitação. No campo das políticas educacionais, por exemplo, é

necessário avançar na avaliação e monitoramento da implementação da Lei 10.639/03, assegurando que sua aplicação não dependa apenas do interesse individual de docentes ou gestores, mas seja fruto de um compromisso institucional e orçamentário. Conforme Silva (2024, p. 147-148), a efetivação da Lei 10.639/03 depende não apenas de sua inserção formal nos currículos, mas de políticas estruturantes que garantam capacitação continuada, material didático adequado e suporte institucional para que o ensino da história e cultura afro-brasileira seja real e significativo.

Do mesmo modo, as universidades e centros de pesquisa devem ampliar o apoio à produção acadêmica negra, à valorização de intelectuais afro-brasileiros e à descolonização do saber científico. Dos Santos *et al.* (2025, p. 3903-3904) ressaltam que é fundamental ampliar o espaço para que as vozes negras sejam protagonistas na produção acadêmica, deslocando o eurocentrismo dominante e ressignificando o conhecimento a partir das epistemologias do Sul. É nesse ponto que o letramento racial se aproxima das epistemologias do Sul e das perspectivas decoloniais. Raposo, Almeida e Santos (2021, p. 11) afirmam que a descolonização do saber implica um reconhecimento crítico das práticas históricas que silenciaram os saberes das populações negras e indígenas, propondo a valorização de outras formas de conhecimento que rompam com o colonialismo epistemológico.

Trata-se de reconhecer que o conhecimento produzido pelas populações negras e indígenas foi historicamente marginalizado pelo projeto colonial e eurocêntrico de ciência. O letramento racial, ao incorporar essas epistemologias, afirma o direito de diferentes povos e comunidades produzirem, transmitirem e preservarem seus saberes, sua história e suas formas próprias de organização social e cultural. Tal reconhecimento é um passo fundamental para a superação do racismo epistêmico que ainda estrutura a educação formal e os circuitos de legitimação do conhecimento. Costa e Mill (2024, p. 130) reforçam que superar o racismo epistêmico é compreender e valorizar as narrativas e os modos de conhecimento marginalizados, promovendo uma educação plural que reconheça a diversidade cultural e histórica como elementos centrais do currículo.

Nas práticas pedagógicas, o letramento racial deve ser articulado à escuta ativa, à valorização das experiências dos estudantes e ao diálogo entre saberes. Professores e professoras tornam-se mediadores de um processo que não se limita à transmissão de conteúdos, mas promove a formação ética, crítica e cidadã. Braúna, Da Silva Souza e Sobrinha (2022, p. 5) afirmam que a mediação pedagógica voltada ao letramento racial deve envolver a escuta sensível dos sujeitos, possibilitando a construção conjunta do conhecimento e o fortalecimento da identidade dos estudantes, promovendo, assim, uma educação antirracista efetiva.

A escola, quando comprometida com a justiça racial, torna-se espaço de acolhimento, afirmação e transformação. Ferreira (2019, p. 42) complementa que o ambiente escolar que reconhece e valoriza a diversidade racial possibilita a construção de um espaço seguro e afirmativo, onde as narrativas dos estudantes negros são legitimadas e suas experiências de vida são consideradas na formação integral.

O fortalecimento do letramento racial também passa pela atuação das organizações da sociedade civil, dos movimentos negros e dos coletivos culturais, que historicamente vêm protagonizando a luta antirracista no Brasil. Essas iniciativas, muitas vezes autônomas e periféricas, desempenham papel essencial na promoção de uma educação libertadora e no resgate da memória coletiva negra. Silva (2024, p. 155) pontua que os movimentos sociais negros são fundamentais para a manutenção da memória histórica e cultural, atuando como agentes de resistência e protagonistas na construção de políticas antirracistas e na promoção do letramento racial.

Seus saberes e práticas devem ser reconhecidos como parte fundamental do patrimônio imaterial brasileiro e integrados às políticas públicas com o devido respeito à sua autonomia e diversidade. Carvalho *et al* (2025, p. 10) enfatizam que o reconhecimento do patrimônio imaterial negro deve ir além da formalidade, incorporando o protagonismo das comunidades na gestão e na valorização de seus saberes, respeitando suas autonomias e diversidade cultural.

Conclui-se, portanto, que o letramento racial não é apenas uma estratégia educativa, mas uma práxis transformadora que se insere no centro do debate sobre os direitos humanos, a democracia e a dignidade. Nunes, Lehfeld e Netto (2021, p. 83) destacam que o letramento racial propõe uma revisão crítica e profunda das estruturas sociais brasileiras, exigindo compromisso ético para a construção de uma sociedade onde a equidade racial seja efetivamente praticada.

Ele propõe uma revisão crítica das estruturas sociais e culturais brasileiras e exige um compromisso ético com a equidade racial em todas as esferas da vida social. Ao articular educação, identidade e patrimônio, o letramento racial inaugura caminhos para a construção de uma sociedade em que a justiça não seja apenas um ideal abstrato, mas uma realidade vivenciada cotidianamente por todas as pessoas, independentemente de sua cor ou origem. Conclui-se, portanto, que a efetiva transformação social depende do reconhecimento da interseccionalidade e da atuação conjunta entre educação, políticas públicas e fortalecimento comunitário para que a justiça racial seja concreta e cotidiana.

Letramento racial: princípios, elementos e contribuições

Enquanto prática educativa crítica, emerge como uma ferramenta essencial no enfrentamento ao racismo estrutural, propondo a leitura e a intervenção sobre as relações sociais racializadas que compõem a sociedade brasileira. Seu fundamento reside na compreensão de que o racismo não é apenas uma questão moral ou individual, mas uma estrutura histórica e institucional que organiza desigualdades e distribui privilégios. Como destaca Ribeiro (2019, p. 15), o racismo é um sistema de opressão que estrutura a sociedade, não se limitando a atitudes individuais, mas perpassando instituições e práticas sociais. Assim, o letramento racial propõe não apenas o reconhecimento dessas estruturas, mas a sua crítica e superação por meio de processos formativos contínuos e interdisciplinares.

A prática do letramento racial se estrutura em torno de cinco elementos fundamentais, os quais operam de maneira interdependente. O primeiro é a conscientização sobre o racismo e suas múltiplas manifestações, incluindo o racismo institucional, interpessoal e simbólico. Compreender como o racismo se manifesta nas instituições, nos discursos e nas práticas cotidianas é o primeiro passo para desnaturalizá-lo. Nesse sentido, Sueli Carneiro (2005, p. 23) afirma que o racismo é um dispositivo de poder que opera na produção de subjetividades e na manutenção de hierarquias sociais.

O segundo elemento refere-se à identificação de privilégios e desigualdades raciais, sobretudo os ligados à branquitude como lugar de poder e norma. O reconhecimento do privilégio racial implica um processo reflexivo que desestabiliza a posição de neutralidade ou invisibilidade frequentemente atribuída aos sujeitos brancos. Como observa France Winddance Twine (2006, p. 214), o letramento racial envolve a capacidade de reconhecer e desafiar os privilégios raciais que são frequentemente invisíveis para os brancos.

O terceiro elemento é a crítica às representações raciais veiculadas pela mídia, literatura, cinema, publicidade, sistemas educacionais e demais dispositivos simbólicos. O imaginário social brasileiro foi moldado por estereótipos e imagens que reforçam a inferiorização dos corpos negros e a exaltação da branquitude. O letramento racial busca questionar essas representações e substituí-las por narrativas plurais, que reflitam a diversidade étnico-racial do país. Nesse contexto, Izabel Magalhães (2003, p. 67) destaca que a análise crítica do discurso permite desvelar as ideologias racistas presentes nas práticas discursivas cotidianas.

O quarto elemento consiste na desconstrução de pensamentos e atitudes racistas, inclusive os internalizados por sujeitos racializados. Isso demanda uma autoanálise contínua, um processo de reeducação das emoções, valores e práticas, que desafia o senso comum e o conforto da reprodução inconsciente do preconceito. Como aponta Dermeval Saviani (1983, p. 45), a educação deve ser um instrumento de transformação social, capaz de promover a consciência crítica e a emancipação dos sujeitos.

Por fim, o quinto elemento é o engajamento em ações antirracistas, compreendidas como práticas conscientes de enfrentamento ao racismo em todas as suas formas. Isso inclui a defesa de políticas públicas afirmativas, o apoio a movimentos sociais negros, a intervenção em situações de discriminação e a promoção de espaços de fala e escuta para vozes negras. Nesse sentido, o Ministério da Educação (Brasil, 2006, p. 12) orienta que a implementação de ações afirmativas é fundamental para a promoção da equidade racial no ambiente educacional.

Esses cinco elementos, quando articulados, não apenas promovem uma alfabetização crítica sobre a questão racial, mas também constroem uma pedagogia decolonial e emancipatória, comprometida com a transformação social. O letramento racial, portanto, rompe com a neutralidade da educação tradicional e propõe uma atuação ética e política no combate às injustiças históricas. Como enfatiza Ladson-Billings (1995, p. 160), a pedagogia crítica da raça busca desafiar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade racial na educação.

Além de sua dimensão educativa, o letramento racial tem impacto direto na construção de identidades positivas, sobretudo entre jovens negros. Ao valorizar a ancestralidade africana, as trajetórias de resistência e as contribuições negras para a formação cultural do Brasil, ele atua no resgate da autoestima e da dignidade historicamente negadas. Essa valorização da memória coletiva é fundamental para combater os efeitos subjetivos do racismo, como a vergonha, a autodepreciação e a exclusão simbólica. Nesse contexto, Conceição Evaristo (2017, p. 89) afirma que a literatura negra é um instrumento de afirmação identitária e de resistência cultural.

É importante destacar que o letramento racial não se limita ao espaço escolar. Ele se propaga por meio de múltiplos agentes sociais: professores, lideranças comunitárias, gestores públicos, comunicadores, artistas, ativistas, pais e mães. Todos esses sujeitos, em seus respectivos contextos, podem contribuir para a consolidação de uma cultura antirracista. A superação do racismo exige um esforço conjunto e articulado, capaz de romper com a indiferença e com o silêncio que historicamente encobriram a gravidade dessa questão. Como destaca Angela Davis (2016, p. 102), a luta contra o racismo deve ser coletiva e constante, envolvendo todos os setores da sociedade.

Nesse sentido, o letramento racial deve ser concebido como uma prática cotidiana e transversal, presente nas políticas públicas, nas relações interpessoais e nas estruturas institucionais. Seu potencial transformador reside na capacidade de articular teoria e prática, saber e ação, memória e futuro. Ao promover uma leitura crítica da sociedade, ele não apenas denuncia as injustiças, mas aponta caminhos possíveis para a reparação, para o reconhecimento e para a construção de um Brasil verdadeiramente plural e democrático. Como ressalta Silvio Almeida (2018, p. 75), o enfrentamento do racismo estrutural requer ações integradas e contínuas em todas as esferas sociais.

Portanto, o letramento racial constitui uma das mais significativas contribuições para a consolidação de uma educação voltada à cidadania, à justiça e à dignidade humana. Ele é, ao mesmo tempo, um desafio e uma esperança: o desafio de enfrentar os legados coloniais que ainda estruturam a sociedade brasileira, e a esperança de um futuro em que todas as vozes, histórias e existências sejam igualmente reconhecidas e valorizadas. Nesse panorama, destaca-se a necessidade de institucionalizar o letramento racial como uma diretriz das políticas educacionais e culturais, superando a lógica de ações pontuais ou projetos temporários. Trata-se de garantir a continuidade e a transversalidade das práticas antirracistas em todos os níveis e modalidades de ensino, assim como nos equipamentos culturais e nos espaços de formulação de políticas públicas. A presença efetiva da temática racial nos currículos escolares, nos concursos públicos, na formação de educadores, nas produções acadêmicas e nas narrativas museológicas é um passo decisivo rumo à transformação estrutural.

A formação inicial e continuada de professores e demais profissionais da educação deve incluir, obrigatoriamente, os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, à legislação antidiscriminatória e às práticas pedagógicas voltadas à equidade racial. É por meio da atuação de educadores preparados e engajados que o letramento racial pode ganhar capilaridade e solidez no cotidiano escolar, promovendo a escuta ativa, o diálogo intercultural e o protagonismo dos estudantes. Como orienta o Ministério da Educação (Brasil, 2006), a formação de professores deve contemplar a diversidade étnico-racial como eixo transversal, visando à construção de uma educação antirracista e inclusiva.

A formação inicial e continuada de professores e demais profissionais da educação deve incluir, obrigatoriamente, os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, à legislação antidiscriminatória e às práticas pedagógicas voltadas à equidade racial. Conforme prevê a Lei nº 10.639/03, essa inclusão é obrigatória no currículo escolar (Brasil, 2003). Como destaca a Universidade Federal do Pará (2023), a escola é espaço privilegiado de combate às desigualdades raciais e à reprodução de estigmas históricos. A cartilha do Instituto

Federal do Tocantins (2022) complementa que é essencial compreender que o racismo estrutural se manifesta de forma cotidiana, muitas vezes naturalizada, nas práticas escolares. De acordo com o Ministério da Igualdade Racial (2024), o investimento na formação docente é uma estratégia fundamental para garantir que o letramento racial esteja presente no cotidiano da sala de aula e contribua para a justiça social.

É por meio da atuação de educadores preparados e engajados que o letramento racial pode ganhar capilaridade e solidez no cotidiano escolar, promovendo a escuta ativa, o diálogo intercultural e o protagonismo dos estudantes. O Ministério Público do Estado do Pará (2023) observa que o letramento racial fomenta a autonomia crítica dos estudantes, incentivando-os a reconhecer e enfrentar as desigualdades presentes em sua realidade. A cartilha da Fundação Tide Setubal (Almeida, 2022, p. 3) destaca que o professor deve atuar como mediador de conflitos raciais, incentivando práticas educativas antirracistas. Além disso, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/14, art. 2º, inciso VIII) estabelece como diretriz a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da equidade.

Além do ambiente escolar, o letramento racial também deve ser incorporado em políticas de gestão pública, cultura, saúde, segurança e assistência social. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2018, p. 21), a transversalidade do tema é condição indispensável para o reconhecimento e valorização das matrizes culturais afro-brasileiras nas políticas públicas. A cartilha da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Brasil, 2024, p. 11) reforça que ações articuladas entre diferentes setores promovem maior eficácia no enfrentamento do racismo institucional. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG, 2022) afirma que a intersetorialidade é essencial para garantir a efetividade das políticas de valorização das afromineiridades.

O enfrentamento ao racismo estrutural exige respostas articuladas entre diferentes setores, pois a desigualdade racial atravessa todas as esferas da vida social. O IFTO (2022, p. 5) destaca que a articulação entre políticas educacionais, culturais e sociais fortalece o enfrentamento às discriminações étnico-raciais. A Portaria nº 218/2025 do Iphan (art. 3º) estabelece que todos os setores do Instituto devem promover ações para prevenir e enfrentar o assédio e a discriminação. Conforme a cartilha da UFPA (2023, p. 8), é imprescindível compreender o racismo como um fenômeno estrutural, que impacta diretamente nas oportunidades e direitos das populações racializadas.

Na perspectiva da valorização da memória e do patrimônio, o letramento racial pode contribuir para o reconhecimento e a preservação dos lugares de memória da população negra,

como quilombos, terreiros, centros culturais negros, rotas do tráfico negreiro, entre outros. De acordo com Lima (2012, p. 63), o reconhecimento desses espaços como patrimônio cultural representa uma forma de reparação simbólica e afirmação identitária. O Decreto nº 6.040/2007 (art. 3º) dispõe sobre o reconhecimento dos territórios quilombolas como bens culturais a serem protegidos. O Iphan (s.d.) ressalta a importância da educação patrimonial como instrumento para a formação de sujeitos conscientes do valor da diversidade cultural. O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (Iphan, 2024) homenageia experiências que promovem a igualdade racial por meio da valorização do patrimônio afro-brasileiro.

Tais espaços, muitas vezes negligenciados pelas políticas de patrimônio histórico, são fundamentais para a construção de uma identidade nacional plural e para o resgate das narrativas silenciadas pela historiografia oficial. Segundo o Iphan (s.d.), a patrimonialização de bens culturais de matriz africana implica a valorização da memória coletiva dos grupos historicamente marginalizados. O Programa Afromineiridades (Iepha-MG, 2022) destaca o papel das comunidades na preservação de suas tradições culturais. Conforme o Iphan (s.d.), o reconhecimento do patrimônio imaterial afro-brasileiro requer diálogo constante com os detentores dos saberes e fazeres culturais. A cartilha do Ministério da Igualdade Racial (2024, p. 20) argumenta que é necessário fomentar ações educativas vinculadas ao reconhecimento e salvaguarda desses patrimônios.

A patrimonialização de bens culturais de matriz africana e afro-brasileira deve ser acompanhada de práticas educativas que promovam a consciência histórica, o orgulho étnico e a resistência simbólica. De acordo com o Iphan (s.d.), as práticas de educação patrimonial devem estar integradas às diretrizes da educação das relações étnico-raciais. A cartilha do MPPA (2023, p. 10) reforça que a educação é um dos principais mecanismos de enfrentamento ao apagamento cultural e à desigualdade histórica. O Iepha-MG (2022) destaca que a valorização das afromineiridades passa pelo reconhecimento dos territórios como fontes de saber e resistência. O Ministério da Igualdade Racial (2024, p. 17) salienta que a atuação interinstitucional é essencial para garantir a efetividade das ações educativas vinculadas ao patrimônio afro-brasileiro.

Assim, o letramento racial extrapola o domínio cognitivo e se insere como uma prática ética, política e estética, que se manifesta na forma como as pessoas se percebem, se relacionam e se posicionam no mundo. A cartilha da Fundação Tide Setubal (Almeida, 2022, p. 5) afirma que o letramento racial é um compromisso ético com a equidade e a justiça social. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, s.d.) indica que a valorização das expressões culturais afro-brasileiras deve ser compreendida como parte de uma estética política

de resistência. Segundo a UFPA (2023, p. 11), essa prática permite a reconstrução das identidades racializadas a partir de perspectivas afirmativas e decoloniais. A cartilha do Aprende Brasil (2024) enfatiza que a superação da meritocracia exige a compreensão do racismo como um sistema histórico de opressão.

Conclui-se que o letramento racial, ao articular princípios pedagógicos com ações concretas de transformação social, constitui um poderoso instrumento de combate ao racismo estrutural no Brasil. Sua efetivação depende do compromisso coletivo com a justiça racial, com a reparação histórica e com o reconhecimento da centralidade das populações negras na formação e desenvolvimento do país. O Iphan (2024, p. 33) aponta que a valorização da Lei nº 10.639/03 deve ser acompanhada de políticas públicas comprometidas com a reparação. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014, art. 8º) estabelece metas específicas para a valorização da diversidade étnico-racial na educação. O Ministério da Igualdade Racial (2024, p. 22) reforça que o letramento racial deve ser entendido como uma política de Estado. A cartilha da UFPA (2023, p. 14) finaliza afirmando que o letramento racial é ato de resistência, prática de liberdade e construção de humanidade.

O racismo estrutural no Brasil é uma realidade histórica que se perpetua através de práticas institucionais e sociais enraizadas, afetando diretamente as populações negras, indígenas e outras minorias étnico-raciais. Nesse cenário, o letramento racial se apresenta como um instrumento potente de enfrentamento, reconstrução e transformação das relações sociais, educacionais e culturais no país. Essa prática vai além da alfabetização tradicional, promovendo uma conscientização crítica sobre as dinâmicas do racismo, suas origens e desdobramentos nas estruturas de poder e saber.

De acordo com o Ministério da Educação (Brasil, 2006), a implementação das orientações para a educação das relações étnico-raciais é fundamental para a construção de uma escola comprometida com os direitos humanos e a diversidade. A promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um marco importante ao tornar obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares (Brasil, 2003), sinalizando um avanço na promoção da equidade racial no sistema educacional. Contudo, apesar dos avanços legislativos, ainda há desafios significativos em sua efetiva implementação.

O Ministério da Igualdade Racial tem ampliado o debate por meio de ações como a Cartilha educando para as relações étnico-raciais (Brasil, 2024), que orienta práticas pedagógicas voltadas ao combate ao racismo. A Biblioteca sobre Tecnologias Digitais e Justiça Racial (Brasil, 2024) também surge como ferramenta essencial para fomentar o letramento digital com perspectiva antirracista, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

O Plano Nacional de Educação (-, 2014) destaca a necessidade de ações afirmativas e metas voltadas à equidade, reafirmando a educação como meio de transformação social.

A produção de materiais específicos para o letramento racial, como as cartilhas elaboradas por instituições de ensino e órgãos públicos (UFPA, 2023; IFTO, 2022; MPPA, 2023), reforça o compromisso com a formação crítica de educadores e estudantes. Tais instrumentos promovem o reconhecimento das identidades étnico-raciais e combatem o racismo institucional, possibilitando uma mudança efetiva nas estruturas escolares e sociais. Neide Almeida (2022) enfatiza que o letramento racial requer uma prática constante e reflexiva, capaz de romper com o silenciamento e a reprodução do preconceito no ambiente educacional.

No campo da cultura e do patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tem promovido ações voltadas ao reconhecimento do patrimônio afro-brasileiro (Iphan, 2018; Iphan, 2020; LIMA, 2012), bem como políticas de combate à discriminação institucional (Iphan, 2025). A premiação Rodrigo Melo Franco de Andrade em sua 36ª edição (Iphan, 2024) celebrou os 20 anos da Lei nº 10.639/03, reforçando a importância da valorização da cultura negra. Iniciativas como o programa Afromineiridades (Iepha-MG, 2022) contribuem para o fortalecimento da identidade afrodescendente nos territórios regionais, especialmente em Minas Gerais, onde a presença negra está profundamente enraizada nas manifestações culturais e religiosas.

Projetos educacionais inovadores, como o desenvolvido por Castro e Tavares (2021) sobre a criação de um museu afro-brasileiro na escola, exemplificam como a pedagogia pode integrar as dimensões históricas e culturais das relações étnico-raciais. Tais ações dialogam com o trabalho do Observatório Negro dos Museus (2023), que propõe a museologia como ferramenta de transformação social e combate ao apagamento histórico das contribuições negras no Brasil.

Além disso, é necessário considerar as danças de matrizes africanas como forma de patrimônio imaterial (Silva, 2017), pois elas representam uma pedagogia do corpo e da ancestralidade que possibilita o resgate da autoestima e o empoderamento da população afrodescendente. A abordagem do letramento racial deve, portanto, contemplar não apenas a linguagem escrita, mas também expressões artísticas, culturais e comunitárias como formas legítimas de conhecimento e resistência.

Diante desse panorama, o letramento racial se configura como uma estratégia de empoderamento, emancipação e justiça social. Ele é essencial para desconstruir os pilares do racismo estrutural, construir narrativas mais plurais e promover uma educação antirracista, conforme proposto por diversas políticas públicas e iniciativas institucionais.

Por fim, torna-se urgente fortalecer o compromisso ético-político das instituições educacionais, culturais e governamentais com o letramento racial, reconhecendo-o como ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade equânime, plural e democrática. O enfrentamento do racismo, portanto, não é apenas uma tarefa moral, mas uma exigência histórica que deve atravessar todas as dimensões da vida pública e privada no Brasil.

Considerações finais

Entendido como um processo contínuo de conscientização crítica sobre as relações raciais, vai além de uma prática educativa pontual, o letramento racial se consolida como uma ferramenta essencial na superação das estruturas de dominação racial historicamente enraizadas no Brasil. Ao integrar saberes oriundos da História, da Antropologia, da Educação e das Ciências Sociais, essa prática promove a ruptura com a naturalização das desigualdades e estimula a emergência de novos paradigmas de convivência social baseados no respeito, na justiça e na equidade.

A sua aplicação sistemática nos ambientes escolares, nos espaços comunitários, nos meios de comunicação e nas instituições públicas e privadas tem demonstrado impactos significativos. Dentre eles, destaca-se a ressignificação de identidades negras, a valorização da ancestralidade africana e afro-brasileira, e a desconstrução de estereótipos que historicamente desumanizaram sujeitos racializados. O letramento racial, portanto, não apenas ensina sobre o racismo - ele ensina a enfrentá-lo com coragem, conhecimento e sensibilidade.

A consolidação de políticas públicas antirracistas depende, em grande medida, da inserção do letramento racial como princípio estruturante nos projetos educacionais e socioculturais. As leis que obrigam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, são marcos legais importantes, mas insuficientes se não forem acompanhadas de uma efetiva implementação pedagógica, com formação docente qualificada, materiais didáticos adequados e práticas curriculares comprometidas com a diversidade étnico-racial.

Além disso, contribui decisivamente para a reconstrução da memória nacional, promovendo a inclusão das vozes e experiências que foram historicamente silenciadas. Ao reconhecer como patrimônio cultural as práticas, os saberes e os territórios das populações negras e indígenas, fortalece-se a democracia cultural e amplia-se o repertório simbólico da nação. Museus, centros culturais, comunidades tradicionais, espaços de resistência religiosa e

manifestações populares devem ser compreendidos como territórios educativos, capazes de promover a cidadania ativa e a valorização das identidades plurais.

Não obstante, é fundamental reconhecer que a efetivação do letramento racial depende do enfrentamento direto ao racismo estrutural que permeia o Estado, as instituições e as mentalidades sociais. Isso exige vontade política, financiamento público, vigilância social e uma ética coletiva antirracista. A ausência de ações concretas para promoção da equidade racial perpetua a exclusão e a violência contra os grupos historicamente marginalizados.

Contudo, não pode ser concebido como uma prática opcional ou periférica. Ele é uma exigência urgente e inadiável em um país marcado por desigualdades persistentes e por uma história de negação da diferença racial. Ao promover o reconhecimento da diversidade, o respeito às alteridades e o engajamento na luta contra o racismo, o letramento racial afirma-se como um caminho ético, educativo e transformador. Caminho este que aponta para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural, democrática e humanizada, onde todos os sujeitos possam existir com dignidade, reconhecimento e justiça.

Ademais, o fortalecimento do letramento racial deve contemplar a interseccionalidade das opressões, reconhecendo as múltiplas formas pelas quais raça, gênero, classe social, orientação sexual e outras identidades se cruzam e ampliam as desigualdades. Tal abordagem contribui para uma compreensão mais complexa e realista da exclusão social, ampliando o alcance das estratégias pedagógicas e políticas para a transformação social.

O envolvimento dos diversos atores sociais, educadores, gestores, pesquisadores, movimentos sociais, famílias e estudantes é imprescindível para a construção coletiva de práticas de letramento racial que dialoguem com as especificidades locais e regionais do Brasil. Essa articulação fortalece o protagonismo das populações negras e outras minorias étnico-raciais, potencializando a elaboração de políticas públicas mais eficazes e culturalmente adequadas.

Por fim, cabe ressaltar que o letramento racial, enquanto instrumento de transformação social e cultural, não se esgota no campo educativo. Ele reverbera em todas as esferas da vida social, exigindo um compromisso contínuo com a desconstrução de preconceitos e a construção de uma cultura de paz e respeito às diferenças. É um processo que requer perseverança, coragem e esperança, qualidades indispensáveis para a construção de um Brasil mais justo, plural e solidário.

Dessa forma, este artigo reafirma a importância do letramento racial como um imperativo ético e político, fundamental para o enfrentamento do racismo estrutural e para a promoção da justiça social no Brasil contemporâneo. Seu avanço dependerá da capacidade de

transformar discursos em ações concretas e inclusivas, capaz de produzir mudanças reais nas relações sociais e culturais, consolidando, enfim, a promessa de uma democracia verdadeiramente para todos e todas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte. **Letramento**, 2018.

ALMEIDA, Neide A. de. Material de apoio e dicas para o trabalho de letramento racial. **Fundação Tide Setubal**, 2022. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/material-de-apoio-e-dicas-para-o-trabalho-de-letramento-racial/>. Acesso em: 12 mai 2025.

ALVES, Beatriz. Datafolha: 59% dos brasileiros acreditam que a maioria da população é racista. **CNN Brasil**, São Paulo, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/datafolha-59-dos-brasileiros-acreditam-que-a-maioria-da-populacao-e-racista/>. Acesso em: 15 abr 2025.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 2, p. 212-221, 2022.

APRENDE BRASIL. **A importância de aumentar nosso letramento racial**. 2024. Disponível em: <https://aprendebrasil.com.br/educacao-das-relacoes-etnico-raciais/a-importancia-de-aumentar-nosso-letramento-racial/>. Acesso em: 22 fev 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Regulamenta o reconhecimento dos bens culturais das comunidades remanescentes de quilombos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 mai 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Regulamenta o reconhecimento dos bens culturais das comunidades remanescentes de quilombos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 mai 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União, Brasília**, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 13 abr 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: **MEC/SECAD**, 2006. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/orientacoes_acoes_miolo.pdf. Acesso em: 12 abr 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Cartilha educando para as relações étnico-raciais. Brasília: **MIR**, 2024. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/94113/1/Cartilha_Educando_Relacoes_Etnico-Raciais_2024.pdf. Acesso em: 20 mai 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Biblioteca sobre Tecnologias Digitais e Justiça Racial. Brasília: **MIR/SECOM**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/gti-comunicacao-antirracista/biblioteca>. Acesso em: 21 mai 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 mai 2025.

BRAÚNA, Carla Jeany Duarte; SOUZA, Davison da Silva; SOBRINHA, Zélia Maria Lemos Andrade. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1–15, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Sueli Carneiro, 2011.

CASTRO, Vanessa Gomes de; TAVARES, Thiago Rodrigues. Educação para as relações étnico-raciais: o projeto Museu de História e Cultura Afro na escola. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 69, p. 74-92, 2021. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2021000200742&script=sci_arttext. Acesso em: 03 mai 2025.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: **Contexto**, 2000.

COSTA, Rosilene Aparecida Oliveira; MILL, Daniel Ribeiro Silva. Decolonialidade e o letramento crítico de pessoas negras. **Revista Interdisciplinar Sulear**, n. 19 (7), p. 126-137, 2024.

DA SILVA, Gecyany Severo et al. Ensino de História e letramento racial em tempos de reformas educacionais. Sertão História - **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente**, v. 3, n. 5, p. 123-147, 2024.

DE SOUZA SOARES, Edjane Gomes. Percepções de Estudantes Acerca da Relevância das Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras no Curso de Pedagogia de uma Universidade Pública Multicampi: Diálogos no Enfrentamento do Racismo Estrutural. 2024. Dissertação de Mestrado. **Universidade do Estado da Bahia (Brasil)**.

DOS SANTOS REIS, Diego; DA GLÓRIA CALADO, Maria. Diálogos possíveis entre educação antirracista e decolonial: vozes insurgentes, pedagogias críticas e a Lei 10.639/03. **Cadernos de aplicação**, v. 33, n. 2, 2020.

DOS SANTOS, Antonio Nacilio Sousa et al. Letramento racial e educação: formação de educadores para práticas pedagógicas antirracistas com enfoque na produção intelectual de autores “ladino-amefricanos”. **Aracê**, v. 7, n. 1, p. 3897-3916, 2025.

DOS SANTOS, Antonio Nacílio Sousa et al. Raízes afrodiaspóricas–descolonizando a educação pública por um ensino antirracista na Lei 10.639/2003. **Aracê**, v. 7, n. 2, p. 8985-9016, 2025.

DOS SANTOS, Luiz Gustavo Alves Lemos. PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta Do Brasil: 2023. 160P. **Revista Trilhas da História**, v. 13, n. 27, p. 388-391, 2024.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento racial crítico: através de narrativas autobiográficas. São Paulo: **Editora do Brasil**, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação para a igualdade racial: experiências e desafios. Brasília: **MEC/SECAD**, 2005.

GONÇALVES, Sheila Dias et al. **Educação antirracista e letramento racial crítico: o papel da literatura infantojuvenil**. 2025.

HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ. **Cartilha de Letramento em Diversidade, Equidade e Inclusão**. 2023. Disponível em: <https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/wp-content/uploads/2025/01/e-book-diversidade-equidade-inclusao.pdf>. Acesso em: 15 fev 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Educação patrimonial. Brasília: **IPHAN**, [s.d.]. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 03 mai 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Política de promoção da igualdade racial no patrimônio cultural brasileiro. Brasília. **IPHAN**, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio cultural**. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 09 fev 2025

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio imaterial**. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 09 fev 2025

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade: 36ª edição: educação, democracia e igualdade racial: 20 anos da Lei nº 10.639/03. Brasília: **IPHAN**, 2024. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/383>. Acesso em: 02 mai 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Portaria nº 218, de 28 de janeiro de 2025. Institui o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no âmbito do IPHAN. **Diário Oficial da União**: seção 1, n. 19, p. 45, 29 jan. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-218-de-28-de-janeiro-de-2025-50784567>. Acesso em: 09 fev 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Política de promoção da igualdade racial no patrimônio cultural brasileiro**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Patrimônio e cultura afro-brasileira: reconhecimento e luta. **ANPUH**, 2020. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624069835_ARQUIVO_f98de9381702a511959eacac20bad6b3.pdf. Acesso em: 03 maio 2025.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). **Programa Afromineiridades**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/afromineiridades>. Acesso em: 03 mai 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS (IFTO). Cartilha de letramento racial. Palmas: **IFTO**, 2022. Disponível em: <https://portal.iftto.edu.br/iftto/ouvidoria/manuais-e-cartilhas/cartilha-de-letramento-racial-todxs.pdf>. Acesso em: 15 abr 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. Desigualdade racial na educação brasileira: um guia completo para entender e combater essa realidade. **Observatório de Educação**, 2024. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em: 20 fev 2025.

KLEIMAN, Ângela B. R. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: **Mercado de Letras**, 1995.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio cultural afro-brasileiro: narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1849>. Acesso em: 15 abr 2025.

MAGALHÃES, Izabel. Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: **Mercado de Letras**, 2012.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **IPEA**: 2011. Ano 8. Edição 70. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2673%3Acatid%3D28&option=com_content. Acesso em: 20 fev 2025.

MEC. **MEC promove letramento racial para avaliadores do PNLD. 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/mec-promove-letramento-racial-para-avaliadores-do-pnld>. Acesso em: 12 mar 2025.

MEDEIROS, Júlio César. A importância da leitura de autores negros para a formação de uma educação antirracista: um ensaio. Niterói: **Universidade Federal Fluminense**, 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). Cartilha de letramento racial: enfrentamento ao racismo institucional. Belém: **MPPA**, 2023. Disponível em: <https://www.conamp.org.br/imprensa/noticias/9161-cartilha-de-letramento-racial-e-lancada-pelo-mppa.html>. Acesso em: 15 abr 2025.

MOREIRA, Adilson José. Letramento racial: uma proposta de reconstrução da democracia brasileira. São Paulo: **Contracorrente**, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: **Instituto Kuanza**, 2006.

NUNES, Danilo Henrique; LEHFELD, Lucas Souza; NETTO, Carlos Eduardo Montes. A desconstrução do mito da democracia racial e o racismo estrutural no Brasil: educação e transformação social. **Rev Direito**, p. 79-104, 2021.

OBSERVATÓRIO NEGRO DOS MUSEUS E DA MUSEOLOGIA. **Sobre o Observatório**. 2023. Disponível em: <https://observatorionegrodosmuseusedamuseologia.com/>. Acesso em: 03 maio 2025.

OLIVEIRA, Ana Karolina Saraiva Gama de. Currículo Decolonial: um estudo de caso da Escola Afro-brasileira Maria Felipa frente a 20 anos da Lei 10.639/2003. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**.

RAPOSO, Patrícia Lorena; ALMEIDA, Roberta Santos de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. **Praxis educativa**, v. 16, 2021.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2019.

RIBEIRO, Gamaliel; ZALUSKI, Jorge Luiz. Educação para as relações étnico-raciais: o uso da música como letramentos de (re) existência para uma educação inclusiva. **Odeere**, v. 9, n. 1, p. 1, 2024.

SANTANA, Douglas Vaz Franco. **Do racismo estrutural ao epistemicídio: análise da implementação da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos cursos presenciais de licenciatura da Unesc numa perspectiva autoetnográfica**. 2024.

SILVA, Maicon Donizete Andrade. A problemática racial e os pressupostos para a prevenção e o combate ao racismo no Brasil. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 12, n. 3, p. 145-168, 2024.

SILVA, Maria Aparecida da. Danças de matrizes africanas: patrimônio imaterial afro-brasileiro para a abordagem das relações étnico-raciais na educação. **Observatório de Direitos Humanos**, 2017. Disponível em: https://observatoriodh.com.br/wp-content/uploads/2020/04/DAN%C3%87AS-DE-MATRIZES-AFRICANAS_-PATRIM%C3%94NIO-IMATERIAL-AFRO-BRASILEIRO-PARA-A-ABORDAGEM-DAS-RELAC

SOUSA, André Isaac Santos de. **“E o que foi pedo, vai dá bom”– o rap periférico de Fortaleza e as possibilidades de um ensino de história para o letramento racial**. 2024.

TEODORO, Maria de Lourdes. Identidades antillana y brasileña a través de las obras de Aimé Césaire y Mário de Andrade. Paris: **Université de la Sorbonne Nouvelle**, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Cartilha de letramento racial. Belém: **UFPA**, 2023. Disponível em: <https://imv.ufpa.br/ultimas-noticias/231-cartilha-de-letramento-racial>. Acesso em: 02 maio 2025.